

A fala dos mitos

Líliá Moritz Schwarcz¹

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Napoleão Bonaparte: imaginário e política em Portugal*. São Paulo: Alameda Editorial, 2008. 364p.

Em 1810 o irlandês Thomas O'Neil, tenente da esquadra que levou o príncipe d. João e sua família à distante Colônia portuguesa na América, legou um relato dramático, escrito à flor da pele, tendo dois objetivos expressamente reafirmados: elevar o caráter heróico dos feitos britânicos (e a auspiciosa personalidade dos ingleses); assim como denunciar o perfil “vil e covarde” dos franceses e as atrocidades cometidas por eles, ou, mais especificamente, pelo “ogro da Córsega”: Napoleão Bonaparte. O tenente, que justifica seu depoimento do alto de sua situação de testemunha, ao que tudo indica mais costurou depoimentos alheios do que falou de sua própria experiência; uma vez que teria sido transferido, bem no momento da partida. Por conta desses descaminhos, O'Neil só rumou para o Brasil em 12 de janeiro de 1808, chegando à colônia tropical no dia 29 de fevereiro; bastante tempo depois, portanto, do desembarque da Família Real. Ou seja, O'Neil nem acompanhou o príncipe, e muito menos desembarcou em Salvador; foi direto para o Rio de Janeiro. Mas o que mais importa é atentar para a descrição opositiva que estabelece entre os ingleses e os franceses: “nós e os outros”. Enquanto a Inglaterra representaria os bons espíritos do Ocidente, já a França personificaria a barbárie e o próprio inferno instalado no coração da Europa.

E O'Neill não estaria só. Em Portugal, depois de junho de 1808, quando finalmente d. João decreta a guerra contra a França, novas imagens formam-se sobre a antiga terra do Iluminismo. Em vez das luzes, agora são as chamas que se colam à definição desse país, e em especial de seu dirigente, o Imperador Napoleão. Na verdade, paira certa ambivalência no imaginário político da época, marcado por duas imagens opostas. Entre o herói genial e libertador, ou o déspota tirano, até hoje as paixões e ânimos se dividem e criam partidários fervorosos dos dois lados: alguns a sempre defender Bonaparte, outros a imputar-lhe todo tipo de culpa.

1 Professora Titular do Departamento de Antropologia da USP.
E-mail: lilia.ms@uol.com.br

É por isso que, passada a celebração de 200 anos da vinda da Família Real, continua muito bem vinda uma obra que se afasta do coro monócórdio que tem se firmado entre nós. Se a maior parte dos estudos voltou-se para os feitos de d. João no Brasil, vale a pena olhar um pouco mais longe e perceber como a política portuguesa não ficou suspensa, aguardando a resolução das coisas por aqui. Em *Napoleão Bonaparte: imaginário e política em Portugal*, a professora Lúcia Bastos apresenta pesquisa primorosa e original acerca de um tema até então mais sugerido do que de fato investigado. Elege como objeto de análise o imaginário português e seleciona uma fonte especial: os panfletos, em boa parte anti-napoleônicos, produzidos em Portugal no período que vai de 1808 a 1810. Trata ainda da situação dos lusitanos no período em que a corte de d. João permanecia no Brasil. A temperatura andava elevada e o sentimento era de uma orfandade nacional, com o rei — o grande pai — fora de casa. O livro apresenta, também, excelente análise acerca da crise do Antigo Regime na Europa, sem descuidar dos temores que assolavam as populações, de uma maneira geral. Como dizia o historiador Jean Delumeau, esses eram “medos recíprocos”, ou seja, manifestavam temores antigos, porém ainda em vigor, situação típica de uma sociedade tão pouco secularizada como Portugal. Assim, velhos receios eram recuperados no contexto extremo; atualizados e relidos a partir dos novos impasses que o momento impunha. Se o país sempre esperara por d. Sebastião, o monarca que sumira durante as cruzadas e levara consigo o sonho de um Portugal grande, o que dizer destes inícios do século XIX, quando além de terem perdido seu lugar como Império europeu, os portugueses haviam deixado escapar o direito de ser, de fato, a metrópole do reino? Esses eram tempos difíceis e de muitos medos acumulados a compartilhar.

Divertido, o livro mostra como os insidiosos panfletos anti-napoleônicos converteram-se em verdadeira obsessão, e numa boa fonte para pensar nas representações de Portugal acerca da França, e desse mundo virado de cabeça para baixo. Paralelamente à trama dos acontecimentos, que se mostrava acelerada nos anos 1810, uma série de metáforas, símbolos e mitos serviram para registrar um embate que no plano político e ideológico opunha forças conservadoras e renovadoras.

Já em Portugal, sociedade dilacerada pela guerra, pela invasão e pelo domínio estrangeiro, a efervescência mitológica e a polarização simbólica são reveladoras, e ganham nesse livro a força de sinaleiros: apontam a presença do perigo, da ameaça, mas também de esperanças redobradas. Ancoradas numa luta entre o bem e o mal — seja na perspectiva, eternamente aguardada, da vinda de um messias, seja no regresso a uma idade de ouro, ou sobretudo no receio da chegada de um

anti-cristo —, proliferaram panfletos salvadores, todos revestidos de um caráter apolítico e ancorados em visões do sagrado, secularmente partilhadas. A história se cruzava com o mito e era impossível dizer quando se tratava de realidade ou apenas metáfora.

Lúcia Bastos mostra como foram criadas, então, duas lendas paralelas a despeito de excludentes: a lenda dourada de um general libertador e a lenda negra do usurpador de envergadura medíocre, dono de um caráter sórdido e sanguinário. E foi a segunda versão que ganhou desenvolvimento fértil nesse Portugal humilhado e diminuído em função da ameaça de tantas potências estrangeiras. Em panfletos, proclamações oficiais, artigos de jornal, a França aparecia como um lugar misterioso, uma terra de complôs milenares e de promessas não realizadas. Junte-se a isso a idéia de um Império das trevas, e de um Napoleão anti-cristo, e temos os condimentos necessários para entender a leitura portuguesa da Revolução Francesa. Maçons, jacobinos, pedreiros livres passavam a serem considerados agentes sediciosos; sinônimos vivos dos maléficos “francesismos”. O protetor virava usurpador, frustrando ao final uma série de anseios que se colavam à falta do rei. Não à toa, e como diz Lúcia Bastos, em Portugal “a voz da tradição se faria ouvir com tanta intensidade”.

Para se ter uma idéia da elevada temperatura política, basta dizer que transeuntes eram abordados nas ruas de Lisboa, aos gritos, e com ameaças do tipo: “É francês? Cheira a Jacobino!”. O termo jacobino transformava-se em xingamento; uma disposição natural para cometer atos arbitrários. Em panfleto da época, uma marquesa exilada dava caldo ao coro dos descontentes e escrevia: “Eu tenho uma Pátria, uma família, ambas a ferros vossos [...]. Entregar-me-ei à vossa cólera, se for preciso...”. Como se pode notar, a partida da Corte, elemento essencial para o funcionamento da engrenagem do Antigo Regime — afinal, não há monarquia sem seu soberano —, deixara Portugal numa situação inusitada, e nesse terreno arenoso das representações políticas reinava a oscilação entre o sentimento de abandono e a idéia da salvação: era preciso restituir o príncipe e as augustas relíquias dos Braganças das “garras do tirano esfomeado”. Fiel a essa monarquia simbólica — tantas vezes imaginada — permaneceu o imaginário das camadas populares, que passavam a se sublevar contra o invasor, pensando conduzir uma nova cruzada em nome da fé. Aí estavam cosmologias cruzadas, as quais, na longa duração, eram agora relidas: o estandarte da Santa Cruz havia sido destinado a arvorar Portugal, e o francês assumia o lugar do mouro infiel; exorcizado em outros momentos da história lusitana. Nesse mundo mental do Antigo Regime, em vez da racionalidade cidadã apregoada pela moderna Revolução, em Portugal era a religião que dava subsídio a estruturas e compreensões

de fôlego mais alargado. Desse embate, a Monarquia portuguesa, mesmo que simbólica, saía reforçada e o rei, no lugar de estar ausente, permanecia “encoberto”, como o eternamente aguardado d. Sebastião.

Foi através desse jogo multiplicado de luzes e trevas que Portugal entrou na trilha da política moderna. O caminho era tortuoso, uma vez que profundamente marcado pelo peso de concepções herdadas de momentos anteriores e leituras sacras de toda ordem. Por isso mesmo, e como mostra a professora, a política conservou-se, em grande parte, presa às tramas dos mitos e da religião, adiando uma solução imediata e jogando-a para uma esfera distante do arbítrio dos homens. O que se aguardava era um salvador que viria redimir o Reino. Esse não seria, com certeza, d. João VI, que voltou a Portugal em 1821 e foi obrigado a jurar a Constituição. Mas quem sabe o lugar poderia ser ocupado por d. Miguel, líder dos absolutistas; ou por d. Pedro, um exemplo para o grupo liberal. O fato é que na imaginação romântica e popular esse posto continuava, até por definição, vacante.

Partindo das análises de Raul Girardet, no livro *Mitologias políticas*, Lúcia Bastos revela de maneira cristalina como “o mito político é fabulação, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real”. Não se discute que o mito se presta à fabulação política e lhe confere nova eficácia. Mas quem sabe o rico material mostre ainda mais. Como dizia o etnólogo Claude Lévi-Strauss, antes de “esconder”, o que os mitos fazem é “falar” o tempo todo. Não deformam, mas extremam, e sua matéria-prima é a contradição que os funda. Entre o anseio por um salvador e a recusa do vilão, escorrega boa parte das mitologias e cosmologias, inclusive as contemporâneas; a despeito de sermos tão orgulhosos de nossa própria racionalidade.

Se a Revolução Francesa criou a política no sentido moderno — como a política dos indivíduos e dos cidadãos —, neste livro Lúcia Bastos mostra como tudo era mais complicado, e de que maneira o imaginário popular sempre constituiu a política e vice-versa. Estamos acostumados a ver os “outros” como criadores de mitos. No entanto, mais difícil é entender como “nós” mesmos nos movemos a partir de sistemas coerentes de crenças. A História (com H maiúsculo) é nossa cosmologia de plantão, ao ordenar acontecimentos e conferir a eles uma inteligibilidade em que nos reconhecemos. Para uso interno, ela nos deixa felizes e satisfeitos; confiantes em nossas próprias certezas. Como diz Lévi-Strauss: “Os mitos se falam entre si, e por meio de nós”.

Recebido em 9 de fevereiro de 2009

Aprovado em 11 de fevereiro de 2009